

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS E NO CINEMA BRASILEIROS

Maria Jorge dos Santos Leite¹

RESUMO

A Constituição de 1988 determina que “a prática do racismo constitui crime [...] sujeito a penas de reclusão, nos termos da lei”. Mesmo assim, infelizmente, o racismo, enquanto forma de depreciação das minorias étnicas - negros, índios, ciganos - continua encontrando espaços para se disseminar e produzir representações negativas de determinados grupos étnicos.

Este trabalho, produzido inicialmente para a disciplina “Filosofia e Sociologia da Educação II: imagem, memória e educação”, 2009.1, tem como objetivo analisar a maneira pela qual o negro é representado através do livro didático e do cinema. Para isso, foram analisados em livros de Língua Portuguesa os textos e as ilustrações que apresentam o negro como personagem, identificando-se a existência da presença de formas discriminatórias à etnia, construídas pelos autores e ilustradores dos livros didáticos e repassadas aos alunos-leitores. Com relação aos filmes foram pesquisadas as representações estereotipadas do negro nos seguintes títulos: “Também somos irmãos” (1946), “Samba em Brasília” (1960) e outros, a partir das análises contidas no livro “Negritude Cinema e Educação” organizado por Edileuza Penha de Souza, Mazza Edições, 2006.

PALAVRAS-CHAVE: negros, imagem, livro didático, cinema.

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, muitas e diversificadas ações vêm sendo implementadas para combater o racismo que durante séculos foi desenvolvido em nosso meio. Nesse sentido, construiu-se excelentes espaços que tiveram importantes avanços na luta anti-discriminatória. Não obstante, essas ações não são ainda suficientes para “desconstruir” toda uma representação negativa que historicamente fora construída sobre os negros afrobrasileiros.

Iniciaremos nossas reflexões sobre a imagem e representação do negro no livro didático (considerando por muitos autores, entre eles Circe Bittencourt, um espaço de

¹ Doutoranda em Educação Brasileira, UFC. Bolsista CNPq
E-mail: mariajorge.santosleite@yahoo.com.br

reprodução ideológica) - que acompanha os alunos desde o seu primeiro contato com a educação formal e se constitui no principal, e às vezes único, recurso didático utilizado nas escolas.

O ambiente escolar, assim como outros espaços da sociedade, constitui-se em um local onde as diferenças étnico-culturais - ou de outra natureza- nem sempre são respeitadas. Veiculam frequentemente nos meios de comunicação reportagens que apontam para a existência constante de práticas e ações que fortalecem a discriminação e o preconceito étnico nas escolas. Além disso, estudiosos que analisam os livros didáticos indicam a ausência, nesse instrumento, de conteúdos e atividades que estimulem o pensamento crítico. Para esses estudiosos, livros contendo conteúdos acríticos e atividades mecânicas, com perguntas sobre o enredo, pedido de descrição de eventos e causas, são um desestímulo à criticidade do aluno.

Além das denúncias de práticas discriminatórias no espaço escolar, da ineficiência do livro didático, é atribuído também a este (ou pelo menos a alguns deles) a existência de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a presença de estereótipos racistas. É comum, nos livros didáticos, a exemplo de um livro da 1ª série intitulado “Nordeste” da autora Maria Cecília Rego Ávila Pessoa, muito utilizado na década de 1970, representações de famílias compostas por pai, mãe e dois filhos (um menino e uma menina), brancos, desfrutando de uma luxuosa casa na fazenda ou na cidade, representando perfeitamente o ideal de felicidade criado pelos americanos.

Agregada a essa família “feliz” aparece a empregada doméstica: uma mulher negra, mal vestida, de avental, com um pano amarrado na cabeça e pronta para servir “gentilmente” aquela família. Além disso, as imagens dos negros aparecem nos livros didáticos sempre de maneira “deformada” o que não corresponde à realidade, pois desconsidera que os negros e negras possuem a beleza que é específica de sua etnia, de sua cultura.

Outras vezes aparece a associação da imagem do negro a algum estereótipo, como no exemplo apresentado a seguir por Menegassi (2004). No livro didático Português: leitura e expressão (Márcia Leite e Cristina Bassi, 7ª série, São Paulo, Editora Atual), muito utilizado em escolas várias regiões em que um dos textos que apresentam traz a letra da música “O meu guri”, de Chico Buarque de Holanda. Para

ilustrar o texto aparece a imagem de um menino sem camisa, descalço, correndo no escuro, com uma tarja nos olhos, uma bolsa amarela na mão, cabelos despenteados e muito enrolados, demonstrando explicitamente a imagem de um menino negro. Esse fato lamentável mostra que apesar da feliz idéia de incluírem o texto “O meu guri” como leitura complementar, as autoras e o ilustrador evidenciam a concepção que têm sobre os negros, pois a ilustração leva o aluno-leitor a compreender que se trata de uma criança negra em fuga após assaltar alguém e levar sua bolsa.

Outra manifestação da presença da discriminação ao negro, pode ser encontrada no livro “A palavra é português”, das autoras Graça Proença e Regina Horta, Editora Ática. Um dos textos do livro apresenta um diálogo entre um menino branco e um menino negro, onde o primeiro refere-se ao segundo como “Tiziu!”. O substantivo “Tiziu” se refere ao garoto negro, como nome próprio, segundo as explicações do livro didático. No entanto, o termo *Tiziu*, de acordo com o Mini-dicionário contemporâneo da língua portuguesa, Aulete(2004), corresponde a “pássaro negro de canto curto e esganiçado”. Assim, é possível perceber que ao invés de receber nomes como Pedro, João, José..., o livro estabelece uma relação entre o garoto negro e o pássaro. Se relacionarmos a ilustração do texto (imagem de um menino negro) com o apontamento da regra de grafia do substantivo podemos perceber que o menino negro foi literalmente utilizado como uma “coisa” que serve de referência a outra.

Essas práticas, além de não serem éticas nem educativas, afetam a formação de crianças e adolescentes tanto negros quanto brancos, pois destrói a auto-estima do primeiro grupo e cristaliza, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, contribuindo fortemente para o empobrecimento do relacionamento entre as pessoas e limitando as possibilidades de respeito à diversidade racial, étnica e cultural.

Exemplos como esse são significativos para que possamos compreender que apesar de toda uma luta dos ativistas dos movimentos sociais voltados para a questão étnica contra a discriminação racial e da legislação criminalizar as práticas racistas, o racismo ainda encontra espaço para se reproduzir mesmo onde deveria ser mais combatido: no livro didático, principal instrumento utilizado pela escola para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Somando-se às representações negativas do negro, não é raro se encontrar nos livros didáticos, das diversas disciplinas, conteúdos vinculados a uma visão eurocêntrica

ou à idéia de “uma história da civilização ocidental” contendo equívocos no tratamento do referencial que diz respeito à África, aos africanos e seus descendentes.

Muito combatido pelos antropólogos na atualidade, o conceito de raça é outro colaborador da construção da imagem negativa do negro. Esse conceito foi introduzido por Georges Cuvier, em inícios do XIX, inaugurou a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. O conceito é, porém, bastante questionado já nos anos trinta e notadamente após a Segunda Guerra Mundial, devido à visão preconceituosa que carregava implícita. Afinal, foi a partir dele que se construíram as teorias que determinavam de forma natural a supremacia da raça branca (Schwarcz, 1997). Em meados do século XIX, teóricos como Taine e Le Bonn, são conhecidos como “teóricos do poligenismo”, ou simplesmente como “darwinistas sociais”. Esses pensadores, no que se refere às questões relacionadas à sociedade, procuravam traçar paralelos com a teoria de Darwin. Predominava a idéia de que o que valia para a natureza, valia também para a humanidade, e que as desigualdades sociais e políticas não passavam de diferenças biológicas e naturais. Em outros termos, tratava-se de uma questão de adaptação ao meio: a superioridade da raça branca estaria comprovada por sua supremacia política, evidenciada na sua capacidade física e moral (Schwarcz, 1997).

Refletindo atentamente acerca das teorias raciais, podemos considerar que estas ainda são um grande entrave para a construção de outra forma de pensar a humanidade. Entretanto, suas muitas ações que nos últimos tempos vêm sendo desenvolvidas em resposta ao racismo e às formas de discriminação. Essas ações se traduzem , historicamente, num movimento de construção ou valorização de uma identidade positiva dos negros.

O outro espaço de construção da imagem e representação dos negros que aqui analisado é o cinema. Para Metz (1980) podemos reconhecer o cinema como uma instituição que está estreitamente ligada com as relações econômicas, ideológicas e expectantes de uma sociedade. A instituição cinematográfica estabelece uma relação com o espectador que desencadeia uma interlocução centrada no imaginário, no desejo e na construção simbólica de cada um (Cunha Jr et all, 2000) .

Para Lacan, o imaginário seria um aspecto fundamental da construção da subjetividade, do individual, do ilusório. E Deleuze se refere ao imaginário como um

conjunto de trocas entre uma imagem real e uma virtual, como uma indiscernibilidade entre o real e o irreal, o que coincide com a sua noção do falso. Nesse sentido, o que o cinema tem produzido na mente do telespectador é uma falsa representação da imagem do negro que não corresponde às suas reais potencialidades físicas, intelectuais e morais.

Pensar o cinema como um veículo de reprodução ideológica, ou espaço de construção simbólica, nos leva a compreender porque a imagem do negro no cinema, muitas vezes é apresentada de maneira superficial, estereotipada, ou ainda, é pautada na depreciação, minimização ou negação existencial. Geralmente, Personalidades negras e fatos históricos, fora do âmbito euro-norteamericano, têm sua participação ignorada ou minimizada (Cunha Jr et all., 2000). Jackes d’Adesky (1999) considera que a relação inferiorizante do negro nos discursos filmicos se dá em decorrência da falta de roteiristas, produtores e cineastas representantes dos grupos étnicos negros na instituição cinematográfica. (Cunha Jr et all., 2000).

A representação do negro é encontrada ainda nos primórdios do cinema brasileiro. Nesses filmes “os negros aparecem quase sempre de forma lateral, misturados entre os populares que rodeavam a chegada de alguma autoridade ou evento” (Carvalho, 2006:18/19). O autor cita como exemplo os documentários: *A Chegada de Arthur Bernardes a Belo Horizonte* (1921), *Inauguração da exposição de animais no Posto Zootécnico* (1910), *Cidade de Bebedouro* (1911), *Caça à raposa* (1913), *Visita do Dr. Pedro de Toledo* (1910-1912). Para Carvalho (2003) o pesquisador interessado em desvendar o papel dos negros nesses primeiros registros, deve dirigir sua atenção para as bordas e o fundo dos enquadramentos e atentar para o fato de que a posição que ocupam expressa a marginalização sofrida após a abolição.

No início do desenvolvimento cinematográfico no Brasil predominou uma prática que ficou conhecida como *blackface*, que consiste no uso de atores brancos pintados de preto para interpretar personagens negros. Tal prática era reveladora do preconceito racial, já que nela o grupo étnico (branco) constrói, conforme seus próprios valores, representações sobre o outro grupo étnico (negro) numa visão de mundo repleta de preconceitos. O “*blackface*” predominou na história do cinema brasileiro até que os negros passaram a reivindicar e praticar sua própria representação Carvalho (2006:18).

Com o avanço da produção cinematográfica o negro foi posto no centro da cena. Apesar disso, sua marginalização foi intensificada através dos estereótipos raciais associados à sua imagem. Pois, como afirma Carvalho, a linguagem cinematográfica pode naturalizar uma ordem social e suas hierarquias raciais.

A tensão racial, tão presente no cinema brasileiro, é apontada por Carvalho (2006), no filme “Também somos irmãos” (1946), dirigido por José Carlos Burle. Em uma das cenas “Miro”, personagem vivido por Grande Otelo, encontra uma vendedora de acarajé e tem com ela o seguinte diálogo: “Olá baiana! Como vai! Você acredita nessa história de preto de alma branca? Ela responde: que nada meu filho! As almas são tudo da mesma cor. Miro completa: pois sim! Minha alma é mais preta do que essa mão que você tá vendo. Estende a mão e continua: preto de alma branca..., preto de alma branca é fantasma!” (Carvalho, 2006:21).

Para superar a tensão étnica o cinema brasileiro evoca a democracia racial, como no filme “Samba em Brasília” (1960), onde “Ivete”, personagem de Carmem Montel, é uma sambista negra que tem o sonho de ser porta-bandeira da escola de samba, cargo já ocupado pela loira “Terezinha”, personagem de Eliana. Então “Ivete” declama: “Primeira vez que vejo uma branca assim, metida a porta-bandeira, no meio da gente! E é advertida pela outra personagem, negra: olha aí, garota! Isso aqui é uma sociedade democrática. A gente não tem preconceito de cor, não!” (Dias, 1993:45).

A representação do negro foi reivindicada por artistas do movimento negro. Desde os anos 90, jovens realizadores negros vêm se posicionando no campo cinematográfico e propondo, através dos filmes, novas formas de debater as questões raciais na mídia. Além disso, os próprios atores e atrizes negros, a exemplo de Milton Gonçalves, Maria Ceixa, Ruth de Sousa, Neusa Borges, Zezé Mota e outros, passaram a discutir seus próprios personagens na televisão e no cinema, muitas vezes se recusando a interpretar tipos estereotipados, como forma de combater a discriminação e o racismo.

Não obstante, não é difícil se encontrar no cinema atual filmes que ainda trazem imagens e representações negativas dos negros. Apesar disso, não são constantes as manifestações de rejeição ao cinema. Ao contrário, com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação, muitos educadores têm levado o cinema para a sala de aula e transformado em agente socializante e socializador que, utilizado como recurso

didático, pode despertar os interesses teóricos, questionamentos políticos e enriquecimento cultural. Afinal,

Levar o escurinho do cinema para a sala de aula é muito mais do que projetar a implementação da Lei Federal 10.639/2003². É, sem dúvida alguma, promover atividades lúdicas, recreativas e estimular nossos(as) aluno(as) a encontrar no suspense, na ficção, no drama, na comédia ou animação, entre outras categorias cinematográficas, recursos para a construção coletiva de uma escola democrática e harmônica, em que o compromisso, o respeito com a diversidade e a construção da cidadania esteja pautado nos critérios e escolhas do roteiro curricular (Souza, 2006: 14).

Assim, apesar do cinema ter sido – e ainda é – espaço de reprodução da discriminação e do racismo, ele é também um excelente recurso didático a partir do qual podem ser discutidas e elaboradas as formas de combate a essas práticas discriminatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a imagem e representação do negro em espaços como o livro didático e o cinema, podemos concluir que tanto um como o outro funcionam como veículo de “reprodução” (tomando de empréstimo uma expressão bourdieusiana) de um pensamento dominante que considera as diferenças étnicas e culturais existentes entre negros e brancos uma relação de inferioridade-superioridade. Nas representações contidas nos livros didáticos, principalmente nos de 1ª a 4ª séries que foram utilizados pelas escolas durante as décadas de 1970/80, é possível constatar que as imagens reproduzidas nesses livros insistem em mostrar o negro numa condição negativa. Nessa mesma perspectiva, o cinema durante anos representou o palco das tensões sociais entre negros e não-negros.

No entanto, ao analisar tais situações, percebemos também que a sociedade brasileira começa, mesmo que timidamente, a despertar e a construir uma consciência

2 Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas provocou o debate entre historiadores e professores que apontam a histórica desvalorização da África, dos africanos e seus descendentes no ensino de História.

crítica em relação à opressão racial. As formas discriminatórias que predominaram durante anos agora são menos toleradas. Pessoas e entidades estão frequentemente recorrendo à Justiça para denunciar casos de discriminação e preconceito, enquanto as ações dos movimentos anti-discriminatórios estão aos poucos restringindo os espaços de reprodução do preconceito étnico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: SENAC, 2001.

CARVALHO, Noel dos Santos. O cinema em negro e branco. In: SOUZA, Edileuza Penha de (org). **Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

_____, O negro no cinema brasileiro: o período silencioso. In: Plural – **Revista de pós-graduação em sociologia**, FFL-USP, São Paulo, nº 10, 2003.

CUNHA JR, Henrique et all. Cinema e afrodescendência no Brasil: notas sobre representações e possibilidades na prática pedagógica. In: **X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos de África e Ásia**, em 28 out. 2000. Rio de Janeiro: ALADAA/UCAM/CEAA, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIAS, Rosângela de Oliveira. **Chanchada, cinema e imaginário das classes populares na década de 50**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

MENEGASSI, Renilson José. A representação do negro no livro didático brasileiro de língua materna. **Revista Espaço Acadêmico**- nº 36 – maio de 2004- Mensal – ISSN-1519.6181 Texto disponível no site: www.espacoacademico.com.br/036/36emenegassi.htm - 28k - acessado em 11\05\09.

METZ, C. **Psicanálise e cinema**. São Paulo: Global, 1980.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Edileuza Penha de (org). **Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. In: **SciELO Brasil Estudos Avançados**. vol. 8, n. 20, abril, São Paulo. 1994. Disponível no site: www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf. Acessado em 11\05\09.